

Invasores são retirados, mas ameaçam voltar

Priscila Machado

O governo realizou ontem a retirada de uma invasão de área pública na divisa do Núcleo Bandeirante com o Riacho Fundo I. Seis barracos de madeira e lona foram derrubados na área conhecida como Campo da Demabra. Além disso, os policiais prenderam dois usuários de maconha no local.

— Este local é usado como ponto de drogas. Vimos espalhados pelo chão várias latas de merla — relatou o chefe do Núcleo de Vigilância da Subsecretaria de Defesa do Solo e da Água, Sudesa, Nelson Ramos.

Cerca de 60 pessoas participaram da erradicação da invasão, entre policiais militares, funcionários da Secretaria de Ação Social, Subsecretaria de Fiscalização, Zoonoses, entre outros órgãos.

Edson José de Araújo, 41 anos, ajudante de pedreiro desempregado, vivia há três anos na invasão. Ele, a esposa e oito filhos — o mais velho com 15 anos e o mais novo com quatro — moravam em um pequeno barraco. Ele conta que essa é a terceira vez que a fiscalização derrubou a casa dele.

— Na última vez que eles derrubaram, no mesmo dia eu construí de novo — contou.

Funcionários da Secretaria de Ação Social estiveram presentes na área. Eles tentaram convencer os moradores a irem para um albergue. Mas, segundo um funcionário, os moradores não querem ir para o albergue porque acham o local inseguro.

— Nós os orientamos a ir para o albergue, onde terão comida, um lugar para dormir e tomar banho.

Mas nós não podemos obrigar, apenas orientar. Explicamos que os albergues foram reestruturados, que hoje são locais seguros, mas eles nunca querem ir — explicou o funcionário.

Foi o que contou o morador Edson de Araújo.

— Sou obrigado a ir para o albergue, eles dizem que se eu não for a Vara da Infância vai me tomar meus filhos. Mas como vou levar minhas crianças para um lugar desse, para aquela bagunça? — questionou.

A secretária de Ação Social oferece, além do albergue, passagens de ônibus caso os moradores queiram voltar para o estado de origem.

— Nós oferecemos alternativas, mas não podemos obrigar ninguém a aceitá-las. Não adianta essa derrubada. Todos eles têm lonas escondidas e montam a moradia novamente assim que a fiscalização sai daqui. — contou o funcionário da secretaria de Ação Social.

Era prevista para ontem a retirada de outras ocupações irregulares no Campo da Demabra e no local vizinho, conhecido como Placa das Mercedes. Mas a operação foi adiada a pedido dos funcionários da secretária de Ação Social.

— Nós iríamos derrubar também uma grande ocupação aqui na Campo da Demabra, mas lá moram muitas crianças. Como não havia representante da Vara da Infância durante a ação, nós decidimos adiar a derrubada, para preservar as crianças — explicou o chefe do Núcleo de Vigilância da Subsecretaria de Defesa do Solo e da Água, Sudesa, Nelson Ramos.



Os barracos foram retirados, mas operação não pode ser concluída por falta de quem desse assistência a crianças



Kelly Cristine de Araújo, dona de casa, 26 anos, mora no barraco do Campo da Demabra que não foi demolido. Ela contou que vive há 18 anos na área. Na ocupação, moram 22 pessoas da mesma família, entre pai, mãe, irmãos, sobrinhos e filhos. Quando retirados, reconstróem o barraco.

— Nós não temos condições de sair daqui e pagar aluguel. É verdade que minha mãe ganhou um lote na Samambaia e vendeu, mas eu não tenho culpa disso — contou.

O chefe do Núcleo de Vigilância da Sudesa afirmou que a retirada das ocupações irregulares foi adiada, mas deve continuar ainda

nesta semana.

— Os moradores reclamam que não foram notificados, mas essa área é pública, eles sabiam que estavam em situação irregular. Não é necessária notificação em parcelamento irregular do solo. Ainda restam sete ou nove barracos e nós vamos voltar para continuar o trabalho — ressaltou.

A última derrubada no local aconteceu há cerca de seis meses.

— Nós disponibilizamos caminhões para levar os bens dessas pessoas para onde quiserem. Já o material utilizado para a construção dos barracos é apreendido — explicou.

O coordenador do Centro de Referência Especializada de Assistência Social, Lauro de Marco, disse que a derrubada de ontem foi contra o procedimento normal.

— Nós deveríamos ter tido um prazo para ir até o local, conversar com os moradores, mas isso não aconteceu, fomos avisados apenas um dia antes da derrubada — reclamou.

Lauro de Marco disse que hoje será feito um trabalho com os moradores do parcelamento irregular.

— Vamos entregar a cada uma das oito famílias uma cesta básica e uma bolsa-auxílio social de R\$ 200 e vamos tentar integrá-los em algum programa social — explicou.

Ele afirmou também que será questionado com o Conselho Tutelar se as crianças estão frequentando a escola. Além disso, os funcionários vão verificar o estado de saúde das crianças e adultos e encaminhá-los para algum posto de saúde, caso seja necessário.